

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL Sessão virtual do dia 06 a 13 de dezembro de 2022
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS PROCESSO Nº.:

0812822-66.2022.8.10.0000 Embargante: Leandro Costa da Silva Advogado:
Carlos Magno Sampaio Lima (OAB/MA 12.699) Embargado: Ministério Público
Estadual Impetrado: Juiz de Direito da Vara Especial Colegiada dos Crimes
Organizados/MA Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos ACÓRDÃO Nº.

EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
CONTRA ACÓRDÃO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. CORRUPÇÃO DE MENORES. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTENTE. 1.
Não é omissa, obscuro ou contraditório o acórdão que analisa todas as
matérias postas, enfrentando, inclusive, pleito de litispendência e
trancamento de ação penal, deixando claro que a questão não foi enfrentada
na origem e seria supressão de instância qualquer manifestação nesse
momento. 2. No mais, o acórdão foi claro no sentido da existência dos
pressupostos e requisitos da preventiva com base na gravidade concreta do
delito, sendo motivo mais que suficiente para manter a custódia do
acriminado, porque indicadora da periculosidade do réu. Precedentes.
Decisão que foi reanalisada mais de uma vez. 3. Quanto ao excesso de
prazo, da mesma forma, restou debatido que o feito é complexo e, aqui,
temos vários réus respondendo por condutas complexas, pedidos sucessivos
de liberdade, obrigando adiantamento justificável de atos processuais,
onde, facilmente se percebe que o prolongamento da instrução é medida
natural. Precedentes. 4. Em verdade, o intuito dos Embargos é rediscutir a
matéria e para novo julgamento, inclusive, reabrindo mesma linha
argumentativa, fator que é vedado, em regra, nos declaratórios. 5.
Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO DECISÃO: ACORDAM os
Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do
Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de acordo com parecer da
douta Procuradoria Geral de Justiça, conhecer dos presentes Embargos de
Declaração e, no mérito, rejeitá-los, nos termos do voto do Desembargador
Relator. Votaram neste julgamento os Senhores Desembargadores José Joaquim
Figueiredo dos Anjos, Antônio Fernando Bayma Araújo e Samuel Batista de
Souza. Presidência do Excelentíssimo Desembargador José Joaquim Figueiredo
dos Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dr^a. Maria de
Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro. São Luís, 06 de dezembro de 2022 Des.
José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos Relator (HCCrim
0812822-66.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) JOSE JOAQUIM FIGUEIREDO
DOS ANJOS, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 19/12/2022)